Hugo Nigro Mazzilli recebe medalha do Ministério Público de Minas Gerais

Ex-presidente da APMP teve importante papel na definição do novo perfil do MP com a Constituição

O procurador de Justiça aposentado Hugo Nigro Mazzilli receberá no próximo dia 18/9, em Belo Horizonte (MG), a Medalha do Mérito do Ministério Público "Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos", no período de comemorações da Semana do Ministério Público naquele estado, que terá como tema "30 anos de Constituição Cidadã". Ex-presidente da APMP (em 1990), o procurador aposentado teve importante papel na definição do novo perfil da instituição com a Constituição de 1988, memória que está sendo destacada neste ano pela entidade de classe paulista, na série de boletins impressos extraordinários *"APMP Histórica"*.

Foto: APMP

'Texto da Constituinte foi uma grande vitória parao MP brasileiro', diz o procurador de Justiça aposentado

A edição 4 do boletim histórico da APMP, que será enviada em setembro aos associados, registra que, durante o 1º Encontro Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e Presidentes de Associações Estaduais do Ministério Público, no Paraná, em junho de 1986, foi divulgada a "Carta de Curitiba", conjunto de propostas que serviria como texto-base das novas configurações do Ministério Público na Constituição de 1988. Hugo Nigro Mazzilli, que na época era conselheiro fiscal da APMP, foi um dos autores desse trabalho conjunto. Os outros autores foram Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Antônio Augusto Mello de Camargo Ferraz, Cláudio Ferraz de Alvarenga, José Emmanuel Burle Filho e Walter Paulo Sabella.

A publicação da APMP ressalta ainda trecho do livro "MP – Vinte e cinco anos do novo perfil constitucional" (Malheiros Editores, 2013), escrito pelos procuradores de Justiça Walter Paulo Sabella, Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo e José Emmanuel Burle Filho, que aponta Hugo Nigro Mazzilli como integrante da Comissão Conjunta Procuradoria-Geral/Conamp [Associação Nacional dos Membros do Ministério Público]/APMP de Estudos Constitucionais, criada pelo Ato 246 [da PGJ], de 10/12/1986, e tornada permanente pelo Ato 47, de 13/3/1987. Os outros componentes eram César Crissiúma de Figueiredo Filho, José Emmanuel Burle Filho, Roque Antônio Carrazza, Walter de Almeida Guilherme, Cássio Juvenal Faria, Geraldo Mascarenhas Filho e Walter Paulo Sabella. "Esta Comissão ofereceu permanente colaboração técnica a vários constituintes, preparou estudos e propostas sobre diversos temas constitucionais", diz o livro.

Em 2014, o Departamento de Aposentados da APMP, por iniciativa da diretora Cyrdêmia da Gama Botto, publicou o livro "Memória dos Aposentados do Ministério Público de São Paulo (MPSP)", que contém o seguinte depoimento de Hugo Nigro Mazzilli: "Naquela ocasião, o presidente da Conamp era o Luiz Antônio Fleury Filho, o secretário da Conamp era o Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo, o procurador-geral era o Paulo Salvador Frontini. E nós fomos com um grupo grande para Curitiba, um grupo de dez promotores, todos empenhados no estudo das questões institucionais. Fomos discutir com o Ministério Público brasileiro as conquistas, as reivindicações que nós precisávamos buscar junto à Constituinte. Foram três dias de discussão, extremamente tensos. (...) Com muito jeito, com muita paciência, nós conseguimos aprovar a 'Carta de Curitiba', que foi o primeiro projeto nacional de consenso (...) para ir à Constituinte".

Ainda na citada obra da APMP, o procurador aposentado complementa: "Na ocasião, o Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo era o presidente da Associação, o Walter Paulo Sabella era o secretário da Conamp e eles tiveram uma liderança muito proveitosa, foram muito felizes. Nós também e todos os Ministérios Públicos do Brasil ajudamos bastante na luta da Constituinte. Quando foi aprovado o texto da Constituinte foi uma grande vitória para o Ministério Público brasileiro! Nós alcançamos um perfil único, um perfil totalmente novo na nossa Constituição. Tenho a impressão de que o Ministério Público, de lá para cá, mudou para uma instituição totalmente diferente da que era antes de 1988".

Além de conselheiro fiscal nos biênios 1981-1982 e 1985-1986, Hugo Nigro Mazzilli foi também, na APMP, diretor de Informática [1991-1992], 1º vice-presidente [1987-1990] e presidente [1990]. "Quando o Araldo [Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo] foi candidato a procurador-geral [...], eu assumi a presidência da APMP, durante o ano de 1990", completa o procurador aposentado.